



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SABRINA FREITAS PEREIRA

GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

UM ESTUDO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO CAMPINA GRANDE 2035.

CAMPINA GRANDE

2018



SABRINA FREITAS PEREIRA

GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:
UM ESTUDO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO CAMPINA GRANDE 2035.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Bacharelado em
Administração, da Universidade Federal
de Campina Grande, em cumprimento
parcial das exigências para obtenção do
título de Bacharel em Administração.

Orientada por: Prof. Dr. Darcon Sousa

GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:
UM ESTUDO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO CAMPINA GRANDE 2035.

Sabrina Freitas Pereira¹

Darcon Sousa²

RESUMO

Um dos pontos de interseção de extrema importância na relação entre agentes políticos e a sociedade é a gestão pública, definida por Martins (2005) como o campo de conhecimento e de trabalho relacionados às organizações, onde sua missão seja de interesse público ou que afete o mesmo. Dentro deste aspecto em 1988 com a promulgação da Constituição Federal a participação social passou a ter papel fundamental nos processos de planejamento estratégicos que visam o desenvolvimento de políticas públicas que impulsionem o setor alvo do projeto durante um tempo estabelecido, fazendo com que o governo passe a governar com diretrizes e metas estabelecidas. Este estudo tem por objetivo analisar a participação de representantes da sociedade no planejamento e desenvolvimento do Plano Estratégico Campina Grande 2035, que visa desenvolvimento sustentável social e econômico do município de Campina Grande - PB e cidades circunvizinhas. Visando atender o objetivo proposto foram utilizados os métodos qualitativo e descritivo, e os instrumentos como as entrevistas realizadas com representantes governamentais e de setores importantes da sociedade civil organizada e pesquisa documental que fundamentaram o processo de análise, permitindo a detecção de contradições e tensões em relação ao referido planejamento, onde alguns setores da sociedade alegaram não terem participado do Plano Estratégico Campina Grande 2035. Com base nestas divergências pode-se concluir que no que tange à participação social o plano que trata de desenvolvimento não contempla atores sociais importantes da sociedade sendo, portanto, sua eficiência condicionada a fiscalização efetiva da sociedade tendo em vista que como citado a gestão é realizada pensando os interesses sociais.

Palavras-Chave: Governo, Participação Social, Gestão Pública, Planejamento Estratégico, Campina Grande.

¹Graduanda em Bacharelado em Administração, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e-mail: sabrinaafreitas@gmail.com

²Professor efetivo, Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e-mail: darconsousa@gmail.com

ABSTRACT

One of the most important points of intersection in the relationship between political agents and society is the public management, defined by Martins (2005) as the field of knowledge and work related to organizations, where their mission is of public interest or that it affects. Within this aspect, in 1988, with the promulgation of the Federal Constitution, social participation has played a fundamental role in strategic planning processes aimed at the development of public policies that will drive the target sector of the project for an established time, govern with established guidelines and goals. This study aims to analyze the participation of representatives of society in the planning and development of the Strategic Plan Campina Grande 2035, which aims at sustainable social and economic development of the city of Campina Grande- PB and surrounding cities. In order to meet the proposed objective, interviews were conducted with government representatives and important sectors of organized civil society and documentary research that provided the basis for the analysis process, allowing the detection of contradictions and tensions in relation to the mentioned planning, where some sectors of the society claimed not having participated in the Campina Grande 2035 Strategic Plan. Based on these divergences, it can be concluded that with regard to social participation, the plan that deals with development does not contemplate important social actors of society and, therefore, its effectiveness depends on the effective supervision of society in view which as mentioned management is carried out thinking social interests.

Keywords: Government, Social Participation, Public Management, Strategic Plan, Campina Grande

¹Graduanda em Bacharelado em Administração, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e-mail: sabrinaafreitas@gmail.com

²Professor efetivo, Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e-mail: darconsousa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Toda organização, quer seja pública ou privada, necessita de um profissional para planejar, coordenar e avaliar os projetos e toda sua estrutura organizacional, no que diz respeito às organizações públicas este papel é designado ao Gestor Público. Segundo Martins (2005) a Gestão Pública é o termo que define campo de conhecimento e de trabalho relacionados às organizações, onde sua missão seja de interesse público ou que afete o mesmo. Quando se pensa na análise de sentido através da separação dos termos, a gestão se refere ao bom gerenciamento dos serviços institucionais do estado o qual está estritamente relacionado ao bem comum de uma sociedade organizada onde se preserva a participação da população como um todo caracterizando assim a função do termo público e a correlação entre os respectivos termos.

Para Zanetti (2013) a democracia foi proclamada sendo um dos direitos universais e fundamentais do homem, ou seja, a participação efetiva da população e sua presença em todas as esferas: municipal, estadual ou federal. Dessa maneira, dividir as responsabilidades com toda a população representa uma nova política institucional, sendo assim uma gestão democrática e participativa na qual se proporciona a oportunidade de representantes da sociedade civil opinarem em decisões referentes ao interesse comum fazendo com que estes tenham representatividade no processo de tomada de decisão. Tal participação da sociedade civil formam os alicerces de um estado em funcionamento.

Em 1988 a promulgação da Constituição Federal assegurou as diversas formas de participação na Gestão Pública, assim todos os setores públicos passaram a ter o dever de disponibilizar o acesso a população a dados da estrutura governamental, procedimento ao qual se designou o termo “transparência”. Na estrutura governamental do Brasil o processo que garante participação populacional na tomada de decisões é denominado Orçamento Participativo, o qual foi criado com intuito de permitir o envolvimento direto dos cidadãos em um processo público e transparente referente ao programa orçamentário.

Dentro deste processo se encontra o Planejamento estratégico de cidades e desenvolvimento, onde segundo Faria (2009) tem eficácia apenas quando elaborado, discutido e aprovado por membros representativos de todos os segmentos sociais, buscando dessa forma elaborar um modelo de cidade que atenda aos anseios da população. Construindo dessa forma acordos que contribuam com uma visão de futuro onde são considerados o acoplamento regional e setorial permitindo de forma compartilhada que os projetos resultantes desse processo possam ser desenvolvidos de forma integrada.

Nesse sentido o município de Campina Grande foi o primeiro município do Brasil a apresentar e a sancionar em forma de lei um plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo (vinte anos). Localizada no interior do estado da Paraíba, a aproximadamente 130 km da capital do estado, João Pessoa, a cidade de Campina Grande é a segunda cidade mais populosa do estado, sendo considerada de extrema importância no desenvolvimento estadual. É um dos principais polos universitários da região Nordeste sendo essa característica responsável por fazer de Campina Grande um importante centro de desenvolvimento tecnológico. A importância da cidade na região onde está localizada a torna a principal fornecedora de serviços para as cidades circunvizinhas as quais recorrem a Campina Grande para abastecimento comercial, e serviços básicos como saúde e educação. Tendo o entendimento da importância do município sob o aspecto regional o Plano Estratégico Campina Grande 2035 busca orientar o desenvolvimento de Campina Grande e dos municípios em seu entorno, buscando através de medidas estabelecidas possibilitar a transformação da realidade socioeconômica do município e do seu entorno.

Dessa forma o presente estudo visa analisar a participação de representantes da sociedade no planejamento e desenvolvimento do Plano Estratégico Campina Grande 2035, podendo assim através do questionamento de como se apresentou a inclusão: descrever as etapas e os critérios utilizados para elaboração do planejamento estratégico; avaliar em que medida o processo de participação abrangeu os diversos setores da sociedade e se constituiu em uma prática democrática; e relatar as opiniões e discursos dos atores participantes em relação ao planejamento estratégico.

A análise desses pontos permitirá definir qual o nível de participação social em um plano que envolve interesses diretos da sociedade e poder assim através desta correlacionar os resultados obtidos com o processo de participação social de forma teórica com a realidade prática do mesmo.

2 GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Com o fim da República Velha, a administração pública brasileira dá início, ainda que de forma branda, a um processo pioneiro de reflexão sobre a estrutura administrativa do Estado. A partir da Revolução de 1930, esse processo passa a se intensificar e o Brasil torna-se palco de novas atuações governamentais que representam a busca pelo fortalecimento do poder central e pelo desenvolvimento dos padrões técnicos dos órgãos da administração federal (BEITUM, 2010). Esses avanços são considerados o marco da implementação da gestão pública

no estado brasileiro sendo a partir desse momento discutidos, de forma mais enfática, os processos iniciais voltados a reforma administrativa.

Segundo Beitum (2010) o marco principal do início do desenvolvimento gerencial do setor público foi a criação em 1937 do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) o qual preocupou-se em racionalizar o gerenciamento administrativo diante do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas, simplificar e padronizar processos administrativos, além de implantar novas técnicas de controle orçamentário. O DASP por sua vez teve influência nos estados os quais eram compelidos a criar departamentos administrativos que se reportavam diretamente à matriz federal e supervisionavam as atividades de prefeitos e interventores, seus recursos orçamentários, leis e decretos (NUNES, 2003).

Os avanços alcançados na reforma administrativa do período de 1930 a 1945 trouxeram meios de reorganização do aparato estatal voltados ao aumento da eficiência e da produtividade. Posteriormente os avanços na gestão pública do estado brasileiro foram intensificados, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) onde foram criadas uma série de instituições da administração direta como: a Comissão de Simplificação Burocrática (COSB) em 1956; O Conselho de Desenvolvimento que centralizava a política econômica nacional (WARLICH, 1982).

Em 1979 se inicia no Brasil um processo de desburocratização e desestatização o qual visava aumentar a eficiência e o dinamismo da gestão pública. Segundo Warlich (1982) o governo brasileiro passou a desestatizar empresas estatais onde o controle público tenha se tornado desnecessário ou injustificável.

Com a chegada da República Nova em 1985 começa um novo processo de redemocratização do estado brasileiro que culminou no ano de 1988 com a aprovação pela Assembleia Nacional Constituinte, da Constituição Federal. Considerada um grande marco no que diz respeito às conquistas sociais a “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, se destacou por sua característica de abrangência de grupos até então excluídos, como os desempregados, crianças, idosos, pobres, comunidades indígenas, quilombolas, possibilitando avanços importantes como o Sistema Único de Saúde, Políticas previdenciárias, Estatuto da Criança e do Adolescente (ANANIAS, 2010).

A partir da Constituição de 1988 os avanços em políticas públicas passaram a ser cada vez mais significativos na gestão pública, a qual ainda que marcada por inúmeros escândalos de corrupção, apresentaram avanços incontestáveis que culminaram na Lei de Acesso a

informação de 2011 a qual segundo Figueiredo e Santos (2013) busca tornar menos obscuro o conhecimento da informação por parte dos cidadãos, no que se refere à forma como os recursos públicos são administrados.

Tais avanços fizeram necessárias mudanças no processo de gestão pública com o intuito de se obter maior eficiência no sistema governamental, dando origem a metodologia denominada de Nova Gestão Pública (NGP) a qual implementa no estado brasileiro a teoria de gestão e incorpora práticas e racionalidades do mundo corporativo e estão vinculados ao modelo de Estado Ultraliberal, servindo de referência para a elaboração do "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado" (PDRAE), levado a cabo pelo governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995 (DASSO JÚNIOR, 2014).

Segundo estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-FIPE no ano de 2015 a necessidade de discutir o papel e as formas de funcionamento do Estado, com vistas ao atendimento dos requerimentos atuais, vem motivando o debate acerca das reformas no cenário internacional. Os desafios de implementar programas voltados para o aumento da eficiência e melhoria da qualidade dos serviços parecem ser a tendência dominante, ganhando a denominação genérica de gestão na administração pública.

Assim, ganha notoriedade o movimento da NGP, que incorpora a ideia da efetividade e da busca da melhoria da qualidade dos serviços, na perspectiva dos clientes/usuários destes serviços. O modelo evolui para uma visão baseada na noção de equidade, resgate do conceito de esfera pública, ampliação do dever social de prestação de contas e o foco em resultados finalísticos. Para Pereira (2002b) a “Nova Gestão Pública” foi uma resposta às duas grandes forças que definiram as últimas duas décadas do século XX (e às demandas nelas envolvidas): a globalização (“o fato de o capitalismo haver-se tornado dominante, e os mercados terem sido abertos para a competição capitalista em todo o mundo”) e a democracia (burguesa).

A NGP emergiu inicialmente a partir do início dos anos 1980, em países tais como: Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia (Shepherd e Valencia, 1996; Barzelay, 2001; Ramió, 2001), só chegando ao Brasil na metade da década de 90.

É importante ressaltar que o conceito de Nova Gestão Pública surgiu em uma tentativa de: reforçar o conceito de cidadania; reforçar valores essenciais no serviço público no que se refere ao comportamento dos servidores (eficácia, eficiência e ética); reconhecer novos direitos como garantia dos cidadãos; ter como horizonte a satisfação do cidadão (simplificação, redução de tempos, melhoria da qualidade do atendimento); focar na universalidade e igualdade;

incrementar a qualidade e a quantidade de serviços; fazer uma clara delimitação da externalização dos serviços (admitindo, por exemplo, as privatizações, mas a partir de uma prévia discussão sobre o que é e o que não é papel do Estado, e não como iniciativas do tipo Estado mínimo). Segundo Shepherd e Valencia (1996) a NGP passou a trazer para o funcionamento do Estado características gerenciais que foram responsáveis por impulsionar o setor privado.

Portanto a Nova Gestão Pública pode ser utilizada como forma de aproximação da sociedade, e dos setores públicos e privados onde a alocação de recursos e a possibilidade parcerias associadas à transparência na administração pública traz para todos os envolvidos a perspectiva de um estado que seja mais eficiente na prestação de serviços e que consiga obter a confiança da população de forma que essa interação contínua possa fazer com que o desenvolvimento social e econômico do estado possa está a cada dia atualizado às novas demandas de uma sociedade em constante mudança (FIPE, 2005).

Um dos grandes problemas que envolvem a democracia brasileira se refere, hoje, à participação social. No âmbito da Administração Pública encontra-se tendências e instrumentos da participação da sociedade, como os orçamentos participativos, audiências públicas e os conselhos gestores. Tais instrumentos são meios participativos que ampliam a inclusão da população nos processos de tomada de decisão, carregando consigo o conceito de democracia a qual segundo Cabral (2014) pode ser definida como o modelo de governo no qual o poder e a responsabilidade cívica são exercidos por todos os cidadãos, diretamente ou através dos seus representantes livremente eleitos.

No âmbito governamental brasileiro o Orçamento Participativo (OP) é o processo decisório que garante a participação social, responsável por criar uma esfera transparente e democrática, onde a sociedade civil e o estado são responsáveis por uma gestão em parceria relacionada à política orçamentária, assim então decidindo coletivamente as aplicações dos recursos públicos.

O OP tem resultado em atitudes de união e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, sustentados por uma visão comparativa entre o grau de carências e as necessidades de cada região ou segmento. Este instrumento tem possibilitado aprendizado no que se refere a atitudes democráticas em todo o processo decisório, tanto para a população como para o governo. Essa transparência imposta por esta prática participativa visa permitir que o cidadão saiba não só onde, mas também como está sendo utilizado o dinheiro público, sendo

fundamental que as pessoas possam saber quais são os resultados dos investimentos e os seus benefícios diretos e indiretos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo utiliza-se da metodologia qualitativa, a qual não se detém à representatividade numérica, e sim à compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Dessa forma, os dados que serão utilizados são de caráter não-métricos, com objetivo da produção de informações aprofundadas, assim sendo de real importância os aspectos que dizem respeito a realidade onde não podem ser quantificados, preocupando-se em compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais. Gerhardt e Silveira (2009) citam que a possibilidade de relacionar critérios como descrever, compreender e explicar, constituem as principais características de uma pesquisa qualitativa.

Tendo em vista a obtenção de resultados com que possibilitem uma correlação entre os dados obtidos tornou-se necessário a associação do método descrito com a pesquisa descritiva que segundo Gil et al. (1999) tem como sua principal finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento da relação entre as variáveis. Buscando assim, descrever com detalhes uma situação, abrangendo com exatidão as características de um grupo, indivíduo ou situação.

Os instrumentos de coleta de dados usados neste artigo serão baseados em entrevistas e pesquisa documental. Segundo Alcará, Gomes e Oliveira (2016) entrevista é o encontro de duas pessoas, onde uma delas possui o objetivo de obter informações sobre um determinado assunto, por meio de uma conversa de natureza profissional. Através da mesma ocorre a busca pelo maior número de informações do entrevistado, a fim de coletar dados, para uma investigação social, colaborando então com o diagnóstico de um problema social. No que diz respeito a pesquisa documental, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) afirmam que tal pesquisa se propõe a produção de novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos assim como também conhecendo a forma como os mesmos tem sido desenvolvido.

Com o interesse de obter informações expressivas no que tange à participação social no projeto Planejamento Estratégico Campina Grande 2035, foram selecionados grupos de interesse para realização da entrevista tendo em vista a correlação entre os resultados das entrevistas com membros do poder público e membros da sociedade civil. Para tanto foram realizadas entrevistas com o ex secretário de Planejamento do município de Campina Grande,

membro do Comitê Gestor de Plano, André Agra. Como representantes da sociedade civil organizada foram entrevistados: José do Nascimento Coelho representante do Sindicato dos Comerciários de Campina Grande (SECCG); Franklin Barbosa de Brito, representante do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste (Sintab); João Batista Pereira da Silva, representante da União Campinense das Equipes Sociais (UCES). No que diz respeito a pesquisa documental, utilizou-se do próprio site do Planejamento Estratégico, denominado de “Campina Grande 2035” e reportagens encontradas via internet.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o próprio site, o plano Campina Grande 2035 é resultado de uma parceria entre sindicatos, associações representantes do setor empresarial e do poder público. Financiado apenas por recursos de iniciativa privada e da SUDENE, e conduzido por um Comitê Gestor Multi-institucional, composto por membros da: Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), Associação Comercial de Campina Grande (CDL), Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado da Paraíba (SINDUSCON/PB), SEBRAE, Prefeitura Municipal de Campina Grande, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP) e Governo do Estado da Paraíba.

Tendo em vista o desenvolvimento do município de Campina Grande e de municípios que fazem parte do seu entorno (Boa Vista, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba e Queimadas) o plano estratégico Campina Grande 2035 busca atender à quatro objetivos, que em resumo são, a construção de uma visão de futuro compartilhada e um projeto de desenvolvimento sustentável, colaborar com o desenvolvimento econômico e social com o aumento de investimento para a cidade, buscar a integração e a colaboração simultânea entre as instituições públicas e privadas e por fim melhorar a captação de recursos e a destinação dos gastos públicos.

O projeto Campina Grande 2035 foi dividido em quatro etapas, ou como é chamado no site, blocos. O primeiro bloco se destina ao diagnóstico e prognóstico, em que foram levantadas e registradas o que estava sendo realizado ou planejado pelas iniciativas públicas e privadas, em seguida foi realizado o levantamento dos últimos vinte anos dos principais indicadores econômicos tendo em vista a obtenção de dados que possibilitasse a verificação de índices de desenvolvimento da cidade na atualidade, a determinação de quais as áreas com maior concentração de problemas e a elaboração de metas futuras para o crescimento econômico do município baseado nas principais tendências mapeadas para o prazo de implementação do

plano, para isto também foram utilizadas entrevistas com especialistas e lideranças sociais do município, assim como pesquisa de opinião pública feita através da internet.

Com o objetivo de permitir o aprendizado e a inspiração com experiências de sucesso desenvolvidas em outras cidades no Brasil e no mundo foi elaborado um *Benchmarking*, que se trata de uma comparação de mapeamento do município de Campina Grande com cidades com características similares quanto a diversos aspectos o que possibilita uma análise dos setores preponderantes na cidade e quanto as cidades comparadas poder compreender como estas se desenvolveram e avançaram em áreas de interesse.

O segundo bloco consiste em uma visão de futuro que corresponda ao desenho do futuro que é desejado para a cidade e os municípios em seu entorno em 2035, também abrangendo a visão de futuro para o Complexo Aluizio Campos. O complexo habitacional e industrial é composto inicialmente por 4100 unidades habitacionais que fazem parte do programa governamental minha casa minha vida para famílias de baixa renda. A área habitacional é composta de toda infraestrutura e equipamentos comunitários como creche, unidade de saúde básica, praças e centro de referência de assistência social. Além disso, o complexo conta ainda com uma área industrial.

Tendo por base o potencial de desenvolvimento dessa área o plano estratégico desenvolveu um lineamento das áreas de influências do complexo tendo em vista o desenvolvimento de um modelo de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Ainda como parte do segundo bloco foi realizada a revisão do desenho urbano do município de Campina Grande, contemplando suas principais conexões com os municípios do entorno. Esta etapa reunirá diretrizes para o uso e a ocupação de áreas do território, uma agenda de renovação e de inovações urbanas e as intervenções urbanísticas estruturantes planejadas para a cidade nos próximos 20 anos.

Finalizando o bloco, a visão de futuro desenvolvida ao longo do mesmo foi dividida em 7 eixos estruturantes de desenvolvimento compostos por: prosperidade e competitividade; qualidade de vida; educação, conhecimento e inovação; sustentabilidade urbana e ambiental; inclusão social; estrutura e organização territorial; gestão pública.

O terceiro bloco do Campina Grande 2035 preocupa-se com os projetos estruturantes, definindo como estes, tanto públicos, privados ou em parceria, alavancarão a cidade colaborando com seu desenvolvimento dentro do período de operação do projeto. Também

foram selecionadas as principais oportunidades e os desafios relacionados aos municípios do entorno de Campina Grande, onde foram traçadas as diretrizes gerais para a ordenação do espaço urbano da cidade, assim estabelecendo as condições para a ocupação de seu território. Em seguida o direcionamento dos recursos necessários demandados para a realização do Plano Estratégico e por fim desse bloco, reunião de lideranças públicas e privadas da cidade e dos municípios de seu entorno para a governança e garantia da implementação e da boa gerência.

O quarto e último bloco conta com a formação de uma equipe técnica local que garanta a passagem de conhecimentos e a participação da equipe local no processo de construção, gestão e execução da estratégia, com isso também foram realizadas reuniões como oficinas de reflexão estratégica, onde foram debatidas questões relacionadas ao seu direcionamento estratégico, por fim o concurso denominado “Campina Grande do futuro” que teve por objetivo o engajamento da juventude na construção do Plano Estratégico, concurso esse realizado com os estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio.

Com base no exposto ao longo deste artigo e nos conceitos de gestão pública e participação social busca-se a análise se tal processo foi de fato executado pensando a questão social e de acordo com a ponderação dos anseios sociais.

Tendo em vista a obtenção de informações do conselho gestor do plano foi realizada em primeiro momento uma entrevista com André Agra, ex-secretário de Planejamento, Gestão e Transparência do Município de Campina Grande (2014-2018) e membro do Comitê Gestor de Plano, do mencionado Plano Estratégico Campina Grande 2035, onde foi questionado sobre os motivos que despertaram a necessidade da criação do Plano. O mesmo afirmou que “a ausência de uma cultura na cidade de planejar a longo prazo e a partir de metas estabelecidas e monitoradas”, buscando com isso gerar mais eficiência na governança pública e criando assim responsabilidade para o gestor de plantão além do seu ciclo eleitoral. Sobre o principal objetivo deste plano, foi respondido que o desejo fundamental foi estabelecer uma agenda de prosperidade, qualidade de vida e governança pública de Campina Grande e das cidades em seu entorno, servindo para os seus próximos vinte anos. Segundo André Agra, o Plano Estratégico durou dois anos desde o seu início, passando por sua criação e formação.

A questão de suma importância para este artigo é a referente a procura dos representantes da sociedade, onde o mesmo afirma que houve sim a procura, e em reuniões realizadas com representantes foram levantados diversos pontos de convergências entre as propostas para o futuro da cidade. Por fim, o mesmo considera importante o Plano Estratégico

Campina Grande 2035 para “criar uma cultura de gestão da cidade, garantir a continuidade administrativa de boas práticas, monitoramento dos resultados (por parte da sociedade), transparência, fortalecimento e engajamento”, tudo por parte da sociedade, fazendo com que haja um aumento da participação social na governança pública.

Assim, foram observados os sentidos do Plano Estratégico Campina Grande 2035, na visão de André Agra, como pode ser observado na Figura 1

Figura 1- Os sentidos do Plano Estratégico Campina Grande 2035



Fonte: Elaboração própria (2018)

Seguindo com o ciclo de entrevistas, estas foram direcionadas a representantes dos Sindicatos, com o objetivo de analisar se realmente houve a participação dos setores sociais representados pelos mesmos no plano. O primeiro sindicato procurado foi o Sindicato dos Comerciários (SECCG), este foi criado em 1920 como Associação dos Empregados do Comércio de Campina Grande, o responsável por conceder a entrevista foi José do Nascimento Coelho, o mesmo atua no sindicato como “representante dos interesses dos trabalhadores administrativa e politicamente”, participante de negociações e eventos em defesa da categoria e dos trabalhadores como classe, fazendo um trabalho de mobilização e conscientização, esclarecendo as dúvidas e questionamentos da base sindical, elaborando intermediação entre os comerciários por interesses e reivindicações com os poderes executivos, legislativo e judiciário. Questionado sobre a missão do sindicato o entrevistado apresentou que principal é “prover que a entidade oriente o trabalhador sobre seus direitos trabalhistas e previdenciários, tanto no exercício de sua atividade, quanto na hipótese de dispensa, no momento da homologação”.

Quando perguntado se houve procura pelo sindicato na criação do Plano Estratégico Campina Grande 2035, o entrevistado afirma que não, e ainda ponderou que o mesmo discorda da não procura do sindicato pelo fato de que, segundo o mesmo “todas as entidades representativas exercem uma função de extrema importância para a população”. Questionado sobre a possibilidade de opinar se o plano atende os anseios representados pela categoria que este representa, o mesmo também não opinou pela falta de acesso na íntegra do plano apresentado que só teve conhecimento pela divulgação na mídia. O que se nota nas respostas do representante do SECCG é a indignação pela falta da procura por parte do Comitê Gestor ao sindicato na criação do Planejamento, justamente por se tratar de algo que deveria ter a participação social em todas suas etapas.

Outro sindicato de grande relevância para este artigo é o Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste (Sintab). Criado em 05 de julho de 1960, é uma entidade democrática, que tem como objetivos principais representar, unificar, coordenar, estimular, integrar, expressar e dar força às reivindicações dos servidores nos planos educacional, econômico, social, cultural e político, fortalecendo sua autonomia e garantindo o exercício pleno de todos os seus direitos. A entrevista foi realizada com Franklin Barbosa de Brito, diretor da pasta de formação política e sindical. Quando perguntado se houve procura por parte do Comitê Gestor do Plano Estratégico Campina Grande 2035 a resposta foi que “mesmo representando todas as categorias dos servidores públicos municipais de Campina Grande, não fomos procurados”, ainda afirmando que “eles não governam para o povo, logo o povo e nem suas representações não são consultadas para definição das políticas”.

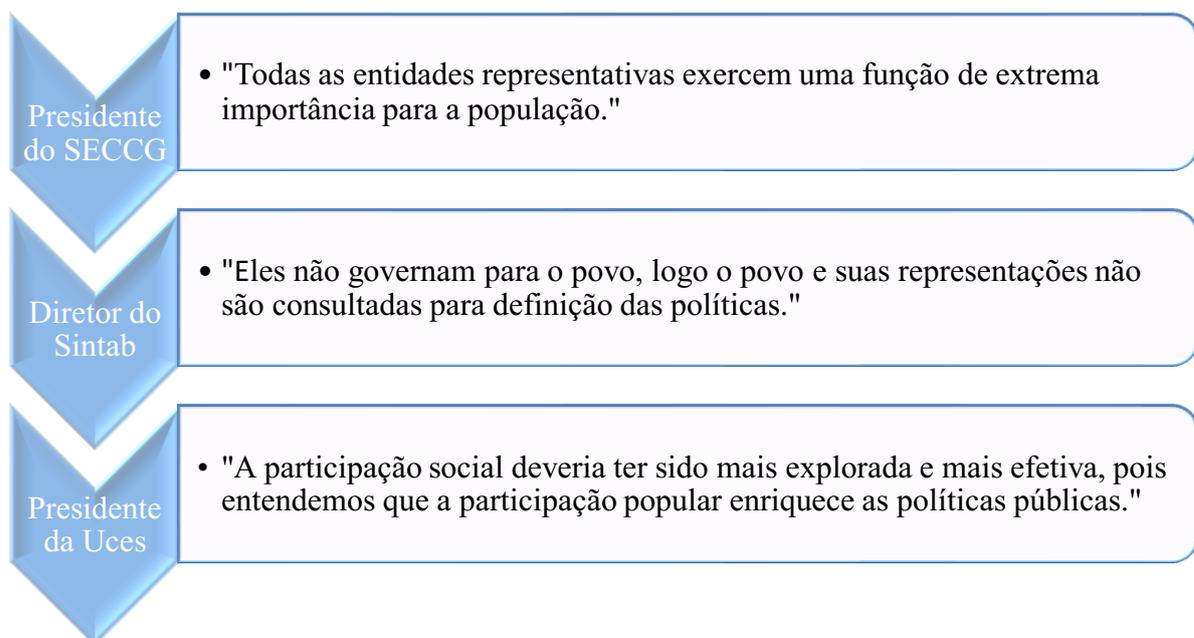
Sobre sua opinião quanto ao Plano Estratégico, Franklin relata que é necessário e indispensável para definição de qualquer política pública, não tendo na atualidade condições de se governar de maneira eficiente no improvisado como é comumente realizado. Este diretor pondera que “diante de uma sociedade complexa e diversa, flexibilizar para uma construção coletiva, ouvindo os múltiplos segmentos da sociedade civil organizada, é pensar em uma ampla demanda social”, onde (sobre o Planejamento Estratégico Campina Grande 2035), segundo Franklin “continuaram sendo pensada para poucos e muito provavelmente, chegaremos neste ano (2035), com muitos dos problemas atuais e que poderiam ser resolvidos, se de fato o planejamento fosse estratégico”.

O último representante da sociedade civil organizada entrevistado, foi João Batista Pereira da Silva, representante da União Campinense das Equipes Sociais (UCES), que surgiu em 02 de agosto de 1964 com o propósito de coordenar a integração dos bairros, por meios dos

desafios que cada um agrega. Seja nas reivindicações atendidas, assim como proporcionar a criação de outras SABs (Sociedade Amigos do Bairro), também é dever do órgão prestar assistência aos seus filiados no que diz respeito a aspectos econômicos, sociais e culturais, promovendo intermediação da sociedade com o poder público, sendo esta mais efetiva quando se trata do âmbito municipal. Quando questionado se houve procura pela UCES na criação do Planejamento Estratégico Campina Grande 2035, o representante informou que o presidente da União foi procurado e participou do planejamento, mas afirma que “a participação social deveria ter sido mais explorada e mais efetiva, pois entendemos que a participação popular enriquece as políticas públicas”. Sobre sua opinião a respeito do Plano Estratégico Campina Grande 2035, João acredita que a população deveria ter participado mais efetivamente, com discussões mais amplas, sugerindo que deveria, por exemplo, ter ocorrido seminários na UCES.

No que diz respeito à participação dos entrevistados e os respectivos sindicatos, pode ser observada avaliação dos mesmos em relação ao Plano Estratégico Campina Grande 2035 na figura 2.

Figura 2 - Avaliação da participação do SECCG, Sintab e UCES



Fonte: Elaboração própria (2018)

A análise dos resultados apresentados sugere uma série de divergências quanto aos procedimentos de participação social apresentados pelo representante do comitê gestor do plano Campina Grande 2035 em relação às respostas dos representantes sindicais. Estas divergências são demonstradas de forma clara quando a maioria dos entrevistados dos setores sociais frisa

não terem sido procurados pelos elaboradores do Plano Estratégico, enquanto que o representante destes afirma a participação e contribuição dos setores sociais na elaboração do referido documento.

Conforme exposto anteriormente a gestão pública tem como objetivo direcionar trabalhos onde sua missão seja de interesse público ou que afete o mesmo, de forma a garantir a participação da sociedade nas discussões políticas públicas de interesse social. Portanto tais divergências têm impacto preponderante nos conceitos estabelecidos.

5 CONCLUSÕES.

Com base nos resultados obtidos neste estudo, concluímos que as divergências apresentadas entre as respostas dos representantes sindicais em relação ao representante do Comitê Gestor do Plano em questão no que tange os aspectos de participação social vão de encontro aos conceitos de planejamento estratégico eficiente, conforme Faria (2009) essa eficiência está condicionada a uma participação de membros de segmentos sociais, demonstrando que se representantes de classes importantes no desenvolvimento econômico e social como os comerciários e servidores públicos não foram inseridos nas discussões que envolveram a elaboração do plano pode-se concluir que existe uma possibilidade considerável do plano não atingir demandas destes segmentos, sendo considerado, de acordo com o conceito visto, como ineficiente.

Nos estudos realizados, percebe-se uma divulgação potencial do plano através da internet tendo em vista que o percentual de residências com acesso a internet na cidade é de 65% restam um total de 35% que não tem acesso em sua residência a internet resultando que o conhecimento e participação nas pesquisas realizadas no planejamento do plano não atinja principalmente regiões mais pobres onde o acesso a internet é considerado mais precário. Dessa forma o resultado da pesquisa pode representar apenas uma parcela social e não possua uma representatividade da população no geral.

Chegamos, portanto à conclusão que no que tange à participação social, o plano que trata de desenvolvimento não contempla atores importantes da sociedade e ainda quando existe a participação, como no caso da UCES, existe uma desconfiança representada pela fala do representante desta instituição quanto à eficiência desta colaboração dentro do projeto. Nesse ponto, podemos destacar que a opinião expressa pelo representante do Sintab de que

possivelmente se cumpra o período planejado de longo prazo, estipulado em 20 anos com o município apresentando deficiências em setores que comprometam o sucesso do plano.

Para tanto, faz-se necessário uma fiscalização não só da sociedade, mas também de instituições como os sindicatos entrevistados para que a execução do plano seja realmente cumprida não se tornando apenas mais um documento que não sai do papel para a prática e também; não se permita que o plano atenda a interesses políticos em detrimento dos anseios da população.

A gestão pública é realizada tendo como objetivo atender os interesses da população mantendo a instituição governamental com poder de governabilidade, atendendo assim a critérios financeiros, sociais, jurídicos e tantos outros parâmetros burocráticos a qual uma instituição governamental está submetida. Portanto entendemos que a execução do plano depende também de fatores externos que impulsionem as áreas catalogadas, as quais apresentam no planejamento estratégico desenvolvido, um aparato que não tinham anteriormente, tendo dessa forma ações planejadas para um período determinado o que pode nesses setores trazer um desenvolvimento satisfatório.

Neste sentido, a democracia na Gestão Pública é garantida com o auxílio de instrumentos técnicos eficientes, trazendo maiores resultados aliados aos interesses da sociedade, o que garante a participação dos amplos setores que as representam.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANANIAS, P., **Gestão Pública: Desassombrando Nossa História**. In: Revista do Serviço Público.v.4, Brasília, p.333-344, 2010.

BEITUM, L. F. L., **Gestão Pública Brasileira: Um balanço histórico das principais reformas administrativas do estado**. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Brasil. 2009.

BELISÁRIO, A., **Gestão Pública e Democracia**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/gestao-publica-e-democracia?fbclid=IwAR35R4oQ5N6jLh_uQlauD3R2Gq5aU7vo6f5WABzxx9inc2IgFaPk3H5mTEk> Acesso em: 4 de Junho de 2018.

DASSO JÚNIOR, A. E., **“Nova Gestão Pública” (NGP): Teoria de administração pública do estado ultraliberal**. Disponível em: < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d05c25e6e6c5d489> > Acesso em 23 de Julho de 2018.

FARIA, L., Planejamento Estratégico, Estatuto da Cidade e Plano Diretor: Métodos e instrumentos de organização e gestão do espaço urbano. In: Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 10, nº 32, p. 162-170. 2009.

FERREIRA, M. O., **Breves Reflexões Sobre Planejamento Estratégico de Cidades e Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/empreendedorismo/breves-reflexoes-sobre-planejamento-estrategico-de-cidades-e-desenvolvimento/108970/>> Acesso em: 4 de Junho de 2018.

FERREIRA, T., **Transparência e Gestão Participativa Aliadas à Qualidade.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2867/transparencia-e-gestao-participativa-aliadas-a-qualidade?fbclid=IwAR3htcbUNIVCweL8PSowjhsMd_bEnYSrQrFumD9LqKkJTX1Hhi0K KwDNflc> Acesso em: 5 de Junho de 2018.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L., **Transparência e Controle Social na Administração Pública.** Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

FIPE, FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, **A Nova Gestão Pública Fundamentos e Perspectivas.** Disponível em <<http://www.ceasa.pr.gov.br/arquivos/File/Intranet%20DOCUMENTOS%20DA%20DIRETORIA/PlanejamentoEstrategico/sebraeNovaGestaoPublicanov05.pdf>>. Acesso em 22 de Julho de 2018.

GEHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T., **Métodos de pesquisa.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, M. C.; OLIVEIRA, A. A.; ALCARÁ, A. R., **Entrevista: Um relato da Aplicação Técnica.** In: Seminário em Ciência da Informação, Londrina - PR. 2016.

LIMA, K. P. L., PINI, F. R. de O., **Orçamento Participativo: Múltiplos Olhares.** 1ª ed, São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.

MADRIGAL, A., A Gestão Democrática na Administração Pública: Participação popular para o desenvolvimento de políticas públicas junto à gestão pública. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/43657/a-gestao-democratica-na-administracao-publica?fbclid=IwAR0fuzLBBjUriQWxg3Hpsmm-7MiOKHFJYngMCmKkmGRSQJuT5cJJSbS_Ge8> Acesso em: 5 de Junho de 2018.

MARTINS, M., **O Que é Gestão Pública?** Disponível em: <http://gestaopublica.net/blog/o-que-e-gestao-publica/?fbclid=IwAR2uLraWevsEAKhjPI1byK2PVC2mCDIEFFgUOtIBEAZLZgUoJSQ_N BESMPw> Acesso em: 4 de Junho de 2018.

NUNES, E., A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: ENAP/Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, M. F., **Metodologia Científica: Um manual para a realização de pesquisas em administração.** In: Manual de pós-graduação, Universidade Federal de Goiás. Catalão - GO. 2011.

PEREIRA, L. C. B., **Uma resposta estratégica aos desafios do capitalismo global e da democracia.** In: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Balanço da reforma do Estado no Brasil: a nova gestão pública. Brasília. 2002b.

PERES, U. D., **Conceitos Gerais de Gestão Pública.** Disponível em <http://www.escoladecontas.tcm.sp.gov.br/images/cursos/cons-municipais/conceitos.pdf?fbclid=IwAR2vlbRpFmbWbdO5atGt-Rgc2Q43x4heHlvk3HzroUiJn_cTR6pbDAMoDVM> Acesso em: 4 de Junho de 2018.

RAMIÓ, C. M., Los Problemas de La Implantación de Nueva Gestión Pública em Las Administraciones Públicas Latinas: Modelo de Estado y cultura institucional. In: Reforma y Democracia (Revista do CLAD), Caracas, n° 21, p.75-116. 2001.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., **Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas.** In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano I, n° I. 2009.

SHEPERD, G.; VALENCIA, S., **Modernizando a administração pública na América Latina: problemas comuns sem soluções fáceis.** In: Revista do Serviço Público, Brasília, ano 47, v.120, n° 03, p. 103-128. 1996.

WAMPLER, B., A Difusão do Orçamento Participativo Brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas? In: Opinião Pública, Campinas, v. 14, n° 1. 2008.

WARHLICH, B. M. S., **A reforma administrativa na era de Vargas.** Rio de Janeiro: FGV, 1982.